

37.02

F815 N

Ex 1

C92569015

**BIBLIOTECA
UNEMAT**

Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT

RG N.º 00114483

Data 25 / 05 / 05

() Compra (X) Doação () Permuta

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DO ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

A VIOLÊNCIA VERBAL DO ALUNO EM SALA DE AULA: CONFRONTOS E
REFLEXÕES PARA UMA PRÁTICA DIFERENCIADA DO PROFESSOR

Márcia Souza Franco

Pontes e Lacerda – MT

2004

Márcia Souza Franco

**A VIOLÊNCIA VERBAL DO ALUNO EM SALA DE AULA: CONFRONTOS E
REFLEXÕES PARA UMA PRÁTICA DIFERENCIADA DO PROFESSOR**

Ensaio Monográfico de conclusão do curso de graduação em Letras, apresentado ao Departamento de Letras (DL) da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Universitário de Pontes e Lacerda como requisito parcial para obtenção do título de graduada em Letras.

Orientadora: Milena Borges de Moraes

Pontes e Lacerda – MT

2004

Este ensaio monográfico foi apresentado e defendido perante a seguinte banca examinadora.

Local e data da aprovação

Ao meu esposo Laércio;

Ao meu filho Derick Fernando, por me mostrarem
que não basta realizar algo, mas também progredir
com ele.

A Deus, por estar sempre presente em minha vida
me dando coragem e força para vencer os
obstáculos;

Aos meus amigos de turma, pelo companheirismo no
decorrer do curso;

À minha orientadora Milena e aos mestres meu
carinho e agradecimento pelo incentivo intelectual;

À minha família que compreendeu minhas ausências
e em especial ao meu pai e minha mãe, pelo apoio.

Um triste reflexo do atual estado da ciência política que nossa terminologia não distinga entre palavras-chave tais como 'poder', 'vigor', 'força', 'autoridade' e por fim, violência – as quais se refere a fenômenos distintos e diferentes, e que dificilmente existiriam se assim não fosse.

(Hannah Arendt)

SUMARIO

RESUMO.....	07
APRESENTAÇÃO.....	08
1 A Contextualização da Violência Verbal no Âmbito Escolar:.....	10
1.1 - A Administração Escolar e Transformação Escolar Frente à Violência dos Grupos Marginalizados.....	11
2 Uma Contextualização da Violência na Civilização.....	13
3 A Ação Educativa e Violência	15
3.1 - A Violência Institucionalizada.....	15
4 A Dimensão Estrutural da Violência	17
4.1 - O Cotidiano Escolar e Violência: Pontos e Contra Pontos.....	19
4.2 Autonomia da Escola Pública: Um Direcionamento Operacional	20
4.3 - Autonomia e Compromisso Ético-Profissional	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

RESUMO

O presente trabalho busca investigar uma problemática que, nos últimos anos, permeia a sociedade, principalmente, no contexto escolar: a violência verbal em sala de aula no Ensino Fundamental e Médio. A princípio essa pesquisa é bibliográfica pois não aconteceu "in loco" uma observação específica do cotidiano entre o professor e aluno até mesmo porque o primeiro sempre é vítima nas maiorias das vezes, entretanto verificar-se-á os fatores que causam as atitudes agressivas e a linguagem "chula" utilizando pelos discentes num aspecto amplo.

Palavras-chave: Modernidade, sociedade, infância, violência, educação.

APRESENTAÇÃO

Essa pesquisa norteia-se através da violência verbal que acontece em sala de aula nas diversas instituições escolares do estado de Mato Grosso e de outros estados.

Em “A contextualização da violência verbal no âmbito escolar” observa-se como acontece no mundo moderno a violência e o porquê do seu atrelamento com a infância e educação.

São citados alguns resultados de pesquisa de autores como Abramovay e Rua, onde analisam uma das variantes da violência, a sexual. Isso demonstra o reflexo dentro do âmbito escolar e como o professor pode ou não interferir.

As leis que amparam o menor são ressaltadas para futuras discussões, pois, são colocados como ditames e ao mesmo tempo mascaram as infrações existentes.

No sub-capítulo “A administração escolar e transformação escolar frente a violência dos grupos marginalizados” apresenta como se dá a transformação social e a configuração da escola como instituição prestadora de serviços, que lida diretamente com o elemento humano, além de um breve apontamento sobre a preocupação do rendimento insatisfatório dos alunos.

Em “Uma contextualização da violência na civilização” aponta para a animalidade humana e suas concepções na sociedade e quais são os mecanismos de divulgação que a mídia propõe à grande massa brasileira.

Em “A ação educativa e violência” utiliza a linguagem veiculadora de valores, e demonstra como autoridade diferencia de autoritarismo sob a ótica da educação.

Em “A dimensão estrutural da violência” aponta como são construídas as estruturas de poder na sociedade que também é autoritária. O autor Velho é citado diversas vezes, pois fala sobre a difusão de valores individualistas dentro de tais transformações.

É visto o contra ponto entre o cotidiano escolar e a violência, sendo que é visto uma interferência de fatores externos que prejudicam o objetivo da escola em organizar as funções que atribuídas à própria comunidade, ou seja, a ação das “galeras” acaba adentrando as escolas e instituindo, às vezes, até as drogas. Seria imprudente afirmar, no entanto, que a maioria das escolas são violentas, pois muitas lutam contra qualquer tipo de violência e para isso articulam-se com a comunidade e possuem um plano de ação com metas educacionais como projetos que possam trazer as pessoas para o âmbito escolar.

Sobre a autonomia são apresentadas algumas teorias e práticas sobre as ações do currículo ativo e dinamização do processo.

Esses apontamentos servem para a reflexão do processo ensino aprendizagem em sala de aula, assim como, uma contribuição para a prática diferenciada no cotidiano.

Com certeza é um tema controvertido e que provavelmente pode apresentar leituras sobre a “civilidade”. Talvez em outras épocas, as “boas-maneiras” e os “bons costumes” ou até mesmo o cultivo do respeito à determinadas pessoas como os próprios pais e avós estivessem mais claros ou fossem exigidos de fato e muitas vezes de modo repressivo.

No entanto, tais códigos de convivência social, hoje não estão claros, a não explicitação de limites também, assim como a dificuldade de construir um consenso sobre as regras de convívio escolar social.

Este é um grande desafio que os educadores têm de enfrentar. A questão ética é crucial para uma sociedade democrática. Sem ela, destrói-se a credibilidade nas instituições e grupos, bem como a rede de uma convivência social positiva. A lógica de tudo é possível passa a imperar. Colocar abertamente valores a serem conjuntamente vividos é uma tarefa iniludível de todo processo educativo.

Nesse trilhar foram indicados vários caminhos para enfrentar com determinação os desafios de superar a violência escolar: o “resgate do aluno” como sujeito do processo educativo, as práticas participativas e de diálogo nas diferentes instâncias escolares – da sala de aula aos conselhos de escola, os espaços sistemáticos de reflexão coletiva dos professores sobre a prática educativa e seus problemas concretos, a intensificação das relações entre as famílias e a escola, a realização de atividades extra-classe, como esporte, teatro, excursões, grupos de música, etc., o estímulo à participação dos alunos e alunas em diferentes órgãos e atividades da escola, a integração da escola na dinâmica comunitária.

Muitas podem ser as iniciativas. Cada conjunto de estratégias deverá ser pensado em relação a uma realidade concreta e sua problemática. As questões relativas à violência escolar não podem ser tratadas de modo isolado, e sim em íntima articulação com a dinâmica educativa da escola como um todo.

É no contexto pedagógico que devem ser situadas, sempre com uma consciência lúcida dos próprios limites da ação educativa e um cumprimento.

1. A Contextualização da Violência Verbal no Âmbito Escolar:

Como salienta Gregori (1988) a violência não é uma questão específica de uma cidade ou estado, mas uma questão global e globalizada que se mostra como sintoma de modernidade. Ressalta ainda o autor que o aumento de denúncias a respeito de violências contidas contra e por jovens, evoca a necessidade de discussão envolvendo as diversidades instituídas públicas ou privadas que trabalham com o tema juventude.

Embora a violência nos dias atuais tenha atingido o conjunto social, alguns dados específicos alertam para a busca de investigações que visem refletir e contribuir de forma objetiva para a melhoria no campo de pesquisa sobre violência, infância e educação.

A exemplo disso, destaca-se os resultados da pesquisa de Abramovay e Rua (2002) que ao analisarem quase 47 mil respostas de alunos, pais, professores e funcionários de 239 escola públicas e 101 escolas privadas do país, constataram que a violência afeta diretamente o rendimento dos alunos e professores.

Por conta da violência, os alunos perdem dias letivos, ficam nervosos, revoltam-se, não conseguem se concentrar, perdem a vontade de ir a escola, e sobretudo, em sala de aula, sentem-se inseguros e praticam a agressão verbal.

Em Mato Grosso verificam as autoras que 38% dos alunos entrevistados já observaram a ocorrência de ameaças no ambiente entre alunos, membros do corpo técnico-pedagógico, professores do país. Nessa mesma investigação constatou-se ainda que 16% dos alunos afirmaram terem observados na escola agressão ou espancamento em alunos, pais, professores, ou funcionários.

Uma variante interessante e curiosa é que Mato Grosso posiciona-se como primeiro Estado em violência sexual.

Abramovay e Rua (2002) constataram que 12% dos alunos entrevistados já observaram ocorrências brutais, como violência sexual e/ou estupro.

De acordo com Waiselfiy (1988) e Abramovay e Rua (2002) o conceito de violência vem sofrendo historicamente transformações, daí uma dificuldade de definição, variando o conceito em função do estabelecimento escolar, os status de quem fala, da idade e, provavelmente do sexo.

Cabe aqui apontar que, em especial, a escola é acoitada por violências que se originam fora dela e a atingem: dentro do ambiente escolar são destacadas como variáveis endógenas de violência no sistema escolar:

- a) Idade, série ou nível escolar dos estudantes;
- b) Regras e a disciplina dos projetos pedagógicos das escolas bem como o impacto do sistema de punições;
- c) Os próprios professores que, por banalizar a violência e não dar atenção especialmente às incivildades e discriminações, estariam contribuindo para desrespeitar os direitos dos alunos à proteção.

Tais variáveis em determinado momento seguem um fio condutor que leva a escola ser um corpo estranho fora da própria comunidade, pois o segmento de pais e a população circunvizinha não vêem o prédio e aqueles que trabalham ali com “bons olhos”, ou seja, torna-se ponto de conflito e palco para disputas internas entre os mais diversos grupos existentes, onde cada qual possui sua verdade, seu código, sua linguagem própria e traz todas as suas inseguras para o processo ensino-aprendizagem já debilitado pela prática frustrada do professor, que não recebe apoio de nenhuma outra instituição responsável também pela formação de cidadania citada pelos ditames do Estatuto da criança e do adolescente.

Em relação aos projetos pedagógicos estão atrelados somente a um currículo inflexível que não visa um acompanhamento efetivo dos problemas reais da aquisição do conhecimento, além de recriar a postura da escola tradicional e a concepção estreita de disciplina sem propor uma prática diferenciada nas áreas do conhecimento.

1.1 - A Administração Escolar e Transformação Escolar Frente a Violência dos Grupos Marginalizados.

Ao examinar o conceito de administração enquanto utilização racional de recursos para a realização de fins. É condição necessária da vida humana, estando presente em todos os tipos de organização social, está sujeita às múltiplas determinações sociais que colocam a serviço das forças e grupos dominantes na sociedade, a administração se constitui num instrumento que, como tal, pode articular-se tanto com a conservação do status quanto com a transformação social, dependendo dos objetos aos quais ela é posta a serviço.

2. Uma Contextualização da Violência na Civilização

Observa-se do ponto de vista da animalidade humana que o homem nada apresenta que destoe da básica constituição da natureza, ele apenas diferentemente dos irracionais, conta com um neocórtex cerebral que lhe é exclusivo e no qual a biologia localiza o que no ser humano existe de possibilidades criadoras, imaginativas e inovadoras.

De qualquer maneira, também no que há de mais básico em suas características fisiológicas, o ser humano não passa de um elemento a mais nas especificidades da natureza. No entanto, ao que se sabe, é o único ser capaz de pensar todos os demais e a si mesmo, vivendo uma contextura existencial na qual se tramam sensibilidade, inteligência e criatividade, isto é, distintamente da situação de sistema fechado sob o peso do presente esmagador, é o homem um sistema aberto para específicas dimensões antropotemporais, em suma, é um ser histórico.

Ao verificar esse ser complexo, acompanhando-o em seus avanços intelectuais e em seus desdobramentos emocionais, e mais que tudo isto, sendo-se um ser humano que a todo tempo ausculta sua própria realidade, é se levado a perceber no homem algo que remete a novas exigências de concepção cosmológica: o universo tem a sustentá-lo a comunhão entre duas realidades a material e a espiritual.

Embora sendo realidades entrelaçadas, há fenômenos e situações da esfera material que o espiritual jamais explica, da mesma forma que há características e manifestações da esfera espiritual que nunca poderão ser explicadas pelos mais finos recursos do pensamento materialista.

Com certeza as correntes de pensamento materialistas desaprovam uma tal conclusão, muitas vezes irritando-se com ela.

De qualquer forma, apesar dos descaminhos e desafetos que seguem marcando a história da humanidade, permanece impossível negar que o mais fascinante resultado desse experimento cósmico chamado vida é, claramente, a chegada aos níveis mais refinados da consciência humana. A história faz e vem fazendo sua trajetória e, por seus erros e acertos, na dor de seus desastres e na alegria de suas belas realizações, o homem evolui.

Todavia, há algo desconcertante como um estorvo na compreensão da evolução humana: as diversas formas e manifestações de violência que infelicitam este final de século.

É bastante natural, está claro que muitos hoje têm dificuldade de crer que o ser humano haja progredido, contemplando no cotidiano e nas impetuosas mensagens dos meios de comunicação o vasto e terrível painel de violência que parece humilhar a todos.

Isto força a dar muitos passos, todos indispensáveis, no exame mais profundo das relações existentes nesse precário mundo entre violência e constituição humana. Enfrenta-se, portando, esses esforços de investigações que é exigida.

Segundo Freud nos impulsos humanos íntimos está a violência como um constitutivo primordial. De outra parte, biólogos e etnólogos dizem que o animal que não fosse dotado de um mínimo de agressividade não sobreviveria no mundo atual. Isto não deve levar a uma indistinção entre conceitos; a agressividade básica está na raiz do chamado instinto de sobrevivência, que demore o animal a buscar alimento, água, segurança.

Tal agressividade é algo resultante da memória biológica, de instintos propriamente animais. Já o conceito de violência implica intencionalmente, o que exigência inteligência, razão pela qual os irracionais não são violentos, mas ferozes.

Constatou-se que violência é, portanto, coisa de seres humanos, embora com lástima, está no âmago das personalidades. A vida é violência assim como o Estado é uma violência organizada. Na verdade, o mundo humano não se divide em violentos e não-violentos, mas sim se divide entre homens que se realizam e se alegram morbidamente no violentar outros, e os que, tendo lucidez e vigilância sobre os seus traços violentos lutam todo o tempo para reduzir a violência ao seu mínimo possível na imperfeição do mundo.

Existe uma condição paradoxal: os humanos são criaturas mais ou menos violentas, porém dotadas de uma racionalidade que em seu melhor uso abomina as manifestações de violência.

Em relação aos meios de comunicação de nossos, com destaque para a televisão e a radiodifusão, transmitem às populações o que “faz notícia”; o que “faz notícia” são os crimes hediondos, atentados guerrilheiros, desastres, chacinas, desvarios no âmbito do crime organizado e coisas mais do gênero. Assim, os cidadãos agem com acesso as notícias de todo o mundo recebe tal carga diária de imagens e descrições de violência, que já não distinguem bem o excepcional do habitual.

Cidadãos mais pacíficos em sua modéstia, porém gente íntegra e de vida reta, estes passam pelas costas dos noticiários de modo lastimável, pois que é a esmagadora maioria. De toda forma, a impressão deixada diariamente pela mídia é a de que uma incontável onda de

violência agita o mundo, sem que nada possa fazer. As sociedades ainda não logram distinguir o ritmo inteiriço da realidade cotidiana dessa colagem fragmentária feita em hiper-realidade pelos atuais meios de comunicação de massas.

Nessa tríade está o aluno em sala, condicionado a todo tipo de leitura violenta e que leva para um comportamento agressivo contra o próprio professor, alvo de suas projeções interiores. A grande violência institucional contra a educação é um crime perpetrado pelos governos. Primeiro porque, com a retirada de subsídios, fazem o ensino particular ser caríssimo, enquanto corruptos de variada natureza levam bilhões de dólares do dinheiro público; depois, porque trata os professores e as escolas (e por extensão os alunos filhos de contribuintes) como escória social.

Sem dúvida, novas formas de participação têm que ser estudadas para cuidar do endereçamento de verbas em geral; todas essas formas sujeitam também a auditorias periódicas.

Hoje não é difícil compreender a razão do Brasil ser uma das dez maiores economias do planeta e ter um povo inculto, desrespeitado e faminto.

Ouve-se com freqüência que o povo brasileiro é assim mesmo alienado e omissor, disposto a fazer pilhéria das ofensas que recebe. Mas, a uma nação à qual nunca foi permitido pronunciar a sua palavra na história, isto não deve causar perplexidade; como já foi analisado, até aqui vive-se uma história de submissões.

Outra observação é a de qualquer estrangeiro que visita o povo brasileiro diz sobre o potencial de alegria que lhe dá uma estupenda capacidade de sobrevivência em meio a tantos problemas.

Ora, nesse grande movimento de recuperação ética do país, estou absolutamente convicta de que a educação pode e deve desempenhar o papel de maior importância, desde que todos os agentes educacionais, entre os quais as escolas, queiram mudar as coisas para melhor, assumam atitudes sadias, apesar das dificuldades para enfrentar as toneladas de lixo mental que a sociedade produtivista e consumista lança sobre a educação.

3. A Ação Educativa e Violência

A idéia de educar é hoje ponto de convergência de variadíssimas concepções. A educação pode ser entendida como o amplo processo através do qual um povo, em seu lugar e momento, pela mediação da linguagem vinculadora de valores, propõe aos seus educandos assumirem certa forma de humanidade.

Como fica perceptível, há uma convicção que é básica: educar é intervir em vidas, assim como ensinar o é. Intervenção em vidas humanas é alguma coisa que se faz convite e não pela invasão.

Autoridade é um princípio de equilíbrio e não será exagerado dizer que é um princípio de amor, como várias vezes o concebeu Santo Tomás de Aquino. O que, de fato, caracteriza autoridade é a relação de solidariedade, bem como a inexistência de uma relação de dominação.

Agora o autoritarismo consiste em ditar as regras e coloca-las na prática de forma arbitrária.

3.1. A Violência Institucionalizada

A sociedade humana aparece, assim, como a filha da injustiça e da desigualdade, sem que estas possam ser atribuídas à ação do homem. Elas permanecem como um substrato último da sociedade, uma estrutura inconsciente que inibe todo o esforço humano para superá-la.

A recuperação desse caráter instrumental de toda administração é de importância decisiva para o exame da atividade administrativa nas escolas, já que, somente a partir desta perspectiva, é possível conhecer a possibilidade de uma administração social.

Como a administração escolar não se faz no vazio, realizando-se em vez disso, no seio de uma formação econômico-social, e sendo, portanto, determinada pelas forças sociais presentes.

Em relação ao caráter considerado da administração escolar vigente o pressuposto básico é de que devem ser aplicados os princípios administrativos adotados na empresa

capitalista. Assim a chamada administração geral passa a ter validade universal, com métodos e técnicas que, convenientemente adaptados, podem ser aplicados em qualquer tipo de organização.

Embora propugnando pela aplicação da administração de empresas na escola, a maioria dos teóricos da administração Escolar não vêem uma identidade absoluta entre empresa e escola, identificando nesta, características específicas que precisam ser levados na devida conta.

Primeiramente, consideram a peculiaridade dos objetivos da organização escolar. À diferença das empresas em geral, que visam à produção de um bem material tangível ou de um serviço determinado, imediatamente identificáveis e facilmente avaliáveis, a escola visa a fins de difícil identificação e mensuração, quer devido ao seu caráter, de certa forma, abstrato, quer em razão do envolvimento inevitável de juízos de valor em sua avaliação.

Outra especificidade da escola diz respeito ao seu caráter de instituição prestadora de serviços, que lida diretamente com o elemento humano.

Dessa forma, o aluno é, não apenas o beneficiário dos serviços que ela presta, mas também participante de sua elaboração. É evidente que essa matéria-prima peculiar, que é o aluno, deve receber um tratamento todo especial, bastante diverso dos que recebem os elementos materiais que participam do processo de produção, no interior de uma empresa industrial qualquer.

Tais observações a respeito da peculiaridade da organização escolar aparecem, não como justificativas para se negar a aplicação da administração empresarial na escola, mas ao contrário, como um dos passos no processo dessa aplicação. Em outras palavras, tais observações se constituem numa identificação dos cuidados que devem ser tomados para que esses processos se realizem com êxito, já que a transposição dos mecanismos administrativos da empresa capitalista para a escola é vista como algo natural e plenamente legítimo em virtude dos projetos que deveriam ser elaborados para haver melhor aproveitamento das competências desenvolvidas nas áreas do conhecimento.

Ainda sobre o rendimento escolar insatisfatório, em especial no caso de um grande número de alunos do ensino fundamental, tem sido uma preocupação e um dos grandes desafios para os educadores.

4. A Dimensão Estrutural da Violência

Nesse trabalho, uma das vertentes mais analisadas sobre violência é sem dúvida, a sua relação com a desigualdade social.

No entanto não se pode afirmar que a pobreza constitui o único fator explicativo da violência na sociedade brasileira.

A pobreza isoladamente segundo Velho (1996), não explica a perda de referências éticas que sustentem as interações entre grupos e indivíduos.

Ao verificar um quadro da violência no Brasil, num contexto histórico, estão presentes as repressões às lutas populares nas diferentes regiões do país, salientando que nesse processo repressivo não se economizou força, não se pouparam vidas.

A questão da violência no Brasil é, antes de tudo, o problema do modo pelo qual a sociedade estabelece culturalmente as relações de poder.

A assimetria das relações de poder na sociedade brasileira pode ser evidenciada por diversos ângulos, e um deles é o poder político.

São nessa perspectiva que se inserem os estudos sobre violência que relaciona Estado e sociedade. O Estado aparece, assim, como uma instância que reflete as relações autoritárias existentes na sociedade e a maneira também autoritária, de esta resolver seus conflitos e superar as diferenças e dificuldades nos campos econômicos, social, político cultural, assim como nas relações intersubjetivas de um modo geral. Alguns autores chegam a afirmar que nas raízes da violência encontra-se um sistema autoritário enraizado socialmente.

O autor em sua abordagem acerca do tema, sustenta que uma das variáveis fundamental para compreender a crescente violência da sociedade brasileira é o fato de ser acompanhado por um esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente os éticos, no sistema de relações sociais. O cenário privilegiado de tudo isto é constituído, sem dúvida, pelas grandes cidades, espaço onde os contrastes dos modos de vida atuam como potencializadores da iniquidade social.

Correlação a dimensão cultural da violência no país, remete-se a um plano subjetivo, da interpretação numa incorporação do plano cultural em sua análise tendo como perspectiva

a afirmação da importância do sistema de reciprocidade, afetado com o crescimento das grandes cidades.

Propõe um referencial antropológico nesse tocante, pois o sistema de valores e relações sociais no Brasil passou por profundas modificações com a expansão, a industrialização, a introdução de novas tecnologias e o florescimento da cultura de massas. No bojo destas transformações, de acordo com o autor, as ideologias individualistas ganharam terreno, o campo de possibilidades socioculturais diversificou-se e houve um aumento das alternativas e escolhas quanto aos estilos de vida.

Argumenta, ainda, que a difusão dos valores individualistas significou um enfraquecimento nas formas tradicionais de relacionamento, associados a uma visão hierarquizada de mundo.

Cumprir notar a ênfase dada pelo autor às mudanças que afetaram o universo de valores e, especialmente, as expectativas de reciprocidade. Velho (op. Cit.) assinala que:

Há trinta ou quarenta anos as relações interclasses ou, em geral, entre categorias sociais por padrões de interação mais amistosos, dentro da lógica do clientelismo (...) à medida que o individualismo foi assumindo formas mais agonísticas e a impessoalidade foi, gradativamente, ocupando espaços antes caracterizados por contatos face-to-face, a violência física foi se rotinizando, deixando de ser excepcional para tornar-se uma marca do cotidiano.¹

Apesar de sustentar que os valores tradicionais, pelos quais as gerações mais velhas ocupavam posições de prestígio, foram perdendo força no bojo das transformações sociais de nossa sociedade, velho afirma que o crescimento e a difusão de valores individualistas na sociedade brasileira não significariam o fim da hierarquia.

Para ele, o que se nota atualmente é a coexistência e combinação das duas visões de mundo, embora com nuances diferentes.

Nessa abordagem da dimensão cultural da violência, que enfoca o individualismo desancorado de compromissos éticos, também contribui para entender a naturalização da violência através da mediação².

¹ (VELHO, 1996, p. 17)

² Termo de explicação criado pelo autor

A imagem tem ocupado cada vez mais um maior espaço na construção dos processos de socialização. de acordo com GUZMÁN (1996) a sociedade encontra-se frente a uma ordem simbólica que se caracteriza por um grande consumo de signos e imagens, assim como de uma profunda semiotização da vida cotidiana.

Tais fenômenos têm sido possíveis devido ao nível de desenvolvimento da nova indústria cultural transnacionalizada.

A naturalização de comportamentos violentos pela cultura do medo, da desconfiança, da competitividade, da insegurança, da representação do outro como inimigo, particularmente se pertence a diferente universo social e cultural, permeia as relações interpessoais e sociais cada vez com maior força, especialmente nas grandes cidades. Crescem as manifestações de uma sociabilidade violenta, tais como gangues, violência no esporte e nos bailes especialmente entre os jovens.

No entanto, convém sempre ter presente articulação entre as dimensões estrutural e cultural da violência. Existe mútua implicação, e elas não podem ser dissociadas. Configura-se, assim, uma trama complexa e dramática da problemática da violência na sociedade brasileira hoje, dentro da qual se situam as questões específicas relativas às manifestações da violência no contexto escolar.

4.1 - O Cotidiano Escolar e Violência: Pontos e Contra Pontos

Nesse capítulo, serão abordados os aspectos das causas e possíveis caminhos para trabalhar tal problemática na prática pedagógica à luz de alguns estudos que especialmente nos últimos anos, têm-se voltado para esta questão.

São as mais variadas expressões da violência no interior das escolas; nesse tocante procurou-se identificar diferentes formas de violência presentes no cotidiano escolar, analisados por alguns pesquisadores que têm trabalhado esta temática. Uma delas é a interferência de grupos externos, ou seja, o crescimento significativo da presença do poder do narcotráfico nos grandes centros urbanos.

GUIMARÃES (1995) analisa as relações entre algumas escolas públicas da rede municipal do ensino fundamental do Rio de Janeiro e grupos externos, tais como o

narcotráfico e as galeras (grupos de jovens habitantes das periferias da cidade, constituídos de acordo com a área de residência e relativamente organizados)

Destaca, ainda, a interferência destes grupos na organização escolar e na capacidade de a escola cumprir as funções que lhe são atribuídas pela sociedade.

Para a autora,

a intervenção por parte do narcotráfico nessas escolas se faz... de forma sutil, com pouca visibilidade, através de diferentes mediadores, representativos de posições diversas em relação às quadrilhas, tendo como propósito ampliar a área física e os grupos sociais sob meu controle.³

Conclui, ainda, que esta operação “resulta em sistemas de proteção/subordinação das instituições, a exemplo do que se obtém por parte dos moradores das áreas ocupadas”.

Por outro lado, a atuação das “galeras” caracteriza-se “por abordagens diretas e ostensivas de cerco e de sitiamento da instituição em torno da dramatização diária e contínua de diferentes táticas de invasão, ameaça sempre latente e pela produção de situações de confronto com o corpo escolar”⁴.

Tais grupos utilizam a instituição escolar como lócus para a solução de pendências com grupos rivais. Assim, brigas que começaram em outras instâncias acabam sendo estendidas ao espaço escolar ou às proximidades deste.

4.2 Autonomia da Escola Pública: Um Direcionamento Operacional

Mediante a problemática da violência existe um vínculo entre projeto político pedagógico e autonomia desde as longas filas a espera de uma vaga que pode durar três, quatro ou mais dias. A insistência dessas pessoas em buscar determinadas escolas tem um duplo significado: primeiro, traduz uma demanda por qualidade de ensino, já que as procuradas são aquelas consideradas melhores e, em segundo lugar, mostra que, em meio a uma situação de descrença na escola pública existem algumas que são reconhecidas pelo bom trabalho que realizam.

³ (GUIMARÃES, 1995, p. 7)

⁴ (Ibidem, 1995, p. 8)

O que faz com que algumas escolas, em meio a um contexto econômico-financeiro adverso, inseridos num sistema público (estadual ou municipal) e objetos de uma mesma política educacional, não se confundam com outras instituições similares?

A conjectura que se pode fazer para responder a esta pergunta é que são fatores internos à própria escola. Como não há nos sistemas de ensino uma política pessoal que abrigue os melhores professores nas melhores escolas, como não há sequer uma avaliação para apontar quais são os melhores estabelecimentos, pode-se inferir que o reconhecimento do trabalho é feito pela própria comunidade e que o alcance de bons resultados decorre de uma forma de condução própria daquela instituição.

E, em outras palavras, existe em algumas escolas, um espaço de autonomia que faz com que elas se organizem e ajam de forma diferente das demais.

A autonomia da escola é um tema cuja importância mostra-se crescente, refletindo uma tendência mundial encontrada na dinâmica das modernas organizações públicas ou privada sua aceitação implica uma ruptura no modo tradicional de compreender e atuar na realidade a autonomia impõe um novo padrão de política, planejamento e gestão educacionais, tanto do ponto de vista da escola como dos sistemas de ensino.

A análise de diferentes definições e enfoques de autonomia permite detectarem-se três dimensões: uma considera-a uma categoria transcendente, ou seja, que supõe a intenção de um princípio superior; alguns associam-na à organização do trabalho e a melhores resultados institucionais; e outros condicioná-la novos e mais exigentes competências técnicas e profissionais. Essas três dimensões, que não podem ser consideradas excludentes, mas, ao contrário, profundamente interligadas: autonomia, liberdade, democracia.

Essa primeira palavra evoca a temática da liberdade, da democracia, da independência e da participação, todos esses temas da maior amplitude, com implicações individuais, sociais, políticas, jurídicas, filosóficas e morais estão presentes no âmbito escolar.

A autonomia, como liberdade, é um valor inerente ao ser humano : o homem não nasceu para ser escravo ou tutelado, mas para ser livre, autônomo. Como ser social que é, no entanto, sua liberdade e sua autonomia passam a ter relação com a liberdade e a autonomia dos outros seres humanos, também livres e também autônomos. Pois isso, o conceito de liberdade é sempre lembrado numa perspectiva de sociedade: a liberdade de um indivíduo acaba quando começa a do outro.

Por extensa, a autonomia não é um valor absoluto, fechado em si mesmo, mas um valor que se define numa relação de interação social. Para a filosofia, do ponto de vista ontológico, o vocábulo autonomia significa que certas esferas da realidade regem-se por leis distintas umas das outras.

Por exemplo, quando se diz que os reinos mineral e animal não são regidos pelas mesmas leis, isto significa que eles são autônomos entre si. Entretanto, a autonomia não implica que uma esfera determinada não possa também obedecer a leis de outra considerada como mais fundamental.

Assim, na chamada “Lei da Autonomia” proposta pelo filósofo alemão Nicolai Hartmann (1881-1950), os reinos superiores do ser regem-se pelas mesmas leis que os reinos inferiores e, além delas, por outras leis próprias consideradas como autônomas.

Ainda recorrendo à filosofia, agora sob o prisma da ética, uma lei moral é considerada autônoma quando tem em si mesmo o fundamento e a razão de sua própria legalidade, ou seja, ela é independente de uma vontade externa. Extrapolando o conceito para a educação, há em cada escola uma realidade específica que o órgão central do sistema. Não conhece ou, se conhece, prefere até fingir que não, já que isso lhe exigiria políticas ou ações individualizadas.

No entanto, a realidade ali está inquietando direção, professores, alunos e responsáveis, à espera de uma solução que não vem a urgência da escola transforma-se em ritual burocrático nos corredores e nas salas das secretarias de educação.

A autonomia deve existir para atender a essas especificidades, ao concreto, a qualidade da educação que se faz no dia-a-dia. Se a escola só recebe ordens, leis e deliberações para cumprir, transforma-se em órgão tutelado, perde seu espaço de liberdade e autonomia e reduz a capacidade de mediar, tão própria do ato educativo.

A autonomia da escola é, pois um exercício de democratização de um espaço público é delegar ao diretor e aos demais agentes pedagógicos a possibilidade de dar respostas ao cidadão (aluno e responsável) a quem servem, em vez de encaminhá-lo para órgãos centrais distantes onde ele não é conhecido e, muitas vezes, sequer atendido. A autonomia coloca no escala a responsabilidade de prestar contas do que faz ou deixa de fazer, sem repassar para outro setor essa tarefa e, ao aproximar escola e famílias, é capaz de permitir uma participação realmente efetiva da comunidade, o que a caracteriza como uma categoria eminentemente democrática.

Pode-se concluir, então, que assim como a liberdade não deixa de ser liberdade pelas relações inter-pessoais e sociais que a limitam, a autonomia da escola não deixa de ser autonomia por considerar a existência e a importância das diretrizes básicas de um sistema nacional de educação. Da mesma forma, assim como a democracia sustentar-se em princípios de justiça e igualdade que incorporam a pluralidade e a participação, a autonomia da escola justifica-se no respeito à diversidade e à riqueza das culturas brasileiras, na superação dos marcantes desigualdades locais e regionais e na abertura à participação.

O exercício da autonomia é mais complexa que sua aceitação em tese como tantos outros conceitos mais abstratos, muitas vezes tornam-se difícil identificar com precisão seus componentes. A retórica acaba por confundir os agentes educacionais que transformam esses conceitos em algo grandioso e inacessível ao cotidiano da escola.

4.3 - Autonomia e Compromisso Ético-Profissional

A terceira dimensão do conceito de autonomia refere-se à questão do papel dos agentes pedagógicos. Num modelo centralizado, as escolas são meras executoras de políticas definidas em gabinetes,, com a autonomia, elas são sujeitos ativos de sua própria história.

A autonomia, democratizando internamente a escola pública, valoriza o trabalho dos profissionais, realça sua competência técnica e cria condições mais favoráveis ao exercício de seu compromisso social, que é educar.

Em contrapartida a esse lado ideal, é necessário lembrar da realidade que hoje vive e de todas as discussões que foram feitas por vários autores brasileiros, nas últimas décadas, sobre a diversão pormenorizada do trabalho, reflexo do modo de produção e organização capitalista, pelo aumento da área-meio e do número crescente de exigências burocratizantes, desvinculados da realidade e capazes de emperrar o andamento da instituição.

Mais grave ainda tem sido o desinteresse da classe política brasileira pela educação. Para o modelo patrimonilista que marcou a história e até hoje, era importante ter a população como massa de manobra e isso só seria possível por meio da cooptação com troca de favores ou da manipulação de contingentes populacionais, que, para isso deveria ter pouca instrução pouco espírito crítico e uma relação de obediência com seu “senhor”.

A educação é emancipadora, por isso, em especial nos estados e municípios onde há currais eleitorais e o poder está restrito a poucas famílias (dinastia); nesses lugares,

principalmente a educação mantém-se apenas nos discursos oficiais e nas mãos de empresários, sendo destinada a uma elite. A educação pública não vem merecendo investimentos, nem mesmo o cumprimento dos recursos previstos na constituição; daí, diz Paro:

Tudo isso gerou a multiplicação de classes superlotadas, recursos didáticos precários e insuficientes, precaríssima qualificação profissional e baixíssima remuneração do professor e do pessoal da escola em geral. A consequência inevitável foi a baixa qualidade do ensino, num círculo vicioso em que a degradação do produto da escola pode ser identificada ao mesmo tempo, como ponto de partida e como resultado da desqualificação profissional do educador escolar.⁵

A autonomia valoriza os agentes pedagógicos que atuam nas escolas e cobra-lhes, diretamente, o compromisso ético-profissional de servir ao público em matéria de educação. É contrária ao paternalismo, à dependência. À inércia, à divisão pormenorizada do trabalho, à centralização e à burocracia excessiva. No entanto, é preciso lembrar que o quadro de destruição pelo qual passou a escola pública brasileira deixou marcas tão profundas, que a simples outorga de uma nova ordem não conseguirá modificar.

O fator que determina esse processo é a criação de um projeto político-pedagógico, que é um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar, a que resultados.

Além disso, explica uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definido seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa.

Esta idéia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente.

⁵ (PARO, 1997, pp.131-2)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se no decorrer dessa pesquisa que a ação educativa perpassa pela contextualização de uma política gestacional que interage com a violência institucionalizada no interior das escolas públicas, principalmente em salas de aula, onde o professor torna-se a vítima ou não desse processo.

As variantes analisadas como a baixa renda sócio-econômica, a falta de estímulo nos estudos e a insuficiência de notas e médias no decorrer do processo ensino-pedagógico. Os planos de estudo que a escola propõe devem envolver as relações educacionais com a comunidade exterior, ou seja, os pais precisam dialogar mais com os professores e outros segmentos que fazem parte da instituição.

Apesar de ser construída uma imagem falsa que a escola pública é um corpo estranho dentro da área geográfica dos bairros, é necessário desmistificar essa situação com o adentramento da comunidade nas reuniões de pais e mestres, eventos gerais que visem o resgate da cidadania, apoiados nas parcerias dos programas sociais.

Os desafios que os docentes enfrentam em seu cotidiano escolar são os reflexos das frustrações dos pais em relação ao acompanhamento em casa das tarefas corriqueiras, ou seja, atos simples que podem diferenciar e muito o desenvolvimento do aluno em sala de aula.

Dentre isso estão os quatro princípios propostos para uma educação para o século XXI – aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e o ser e síntese de uma educação que prepara o indivíduo e a sociedade para os desafios futuros, em um mundo em constante e acelerada transformação.

A educação permanente e para todos pressupõe uma formação baseada no desenvolvimento de competências cognitivas, sócio-afetivas e psicomotoras, gerais e básicas, a partir das quais se desenvolvem competências e habilidades mais específicas e igualmente básicas para cada área e especialidade de conhecimento particular.

A ética da identidade pressupõe uma ação consciente e reflexiva, embasada nos conhecimentos sobre o homem e a sociedade. Referida no pensar e no agir, essa consciência traduz-se na capacidade de lidar com situações novas, acionando-se os conhecimentos construídos, que são redirecionados para a resolução de problemas.

Isso vale tanto para as decisões pessoais e intransferíveis do cotidiano, quanto para as grandes questões que afligem as comunidades e a humanidade como um todo.

A consciência histórica está presente na perspectiva da continuidade e da transformação do processo temporal direcional, porém fracionado por rupturas e novas possibilidades.

A ação autônoma e reflexiva sobre a realidade requer clareza quanto aos processos sociais e históricos, o que evitam o imobilismo cético ou inseguro diante de novas situações.

As tradições sociais, culturais, econômicas, políticas, jurídicas e filosóficas, embora sejam referências, não devem levar o indivíduo a se conformar com o já visto, o já conhecido, o já experimentado.

Antes, ao contrário, devem impulsiona-lo à construção de alternativas, a reinvenção dos processos e das atitudes, à superação das resistências à ação criativa, a fim de que, com a consciência do passado, os pés no presente, através do pensamento e da ação o indivíduo se projete para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.
- ARNOUD, E. & DAMASCENA, A. *Violência no Brasil: representação de um mosaico*. Rio de Janeiro: CERIS, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Ousadia e medo: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GUIMARÃES, A. M. *A dinâmica da violência escolar: conflito e ambigüidade*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- LUCINDA, Maria da Consolação, NASCIMENTO, Maria das Graças & CANDAU, Vera Maria. *Escolae Violência*. São Paulo: DP & A, 1997, p. 99.
- PARO, Victor Henrique. *Administração Escolar*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997, p.168
- PARO, Victor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 1997, p.114
- VELHO, G. *Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica*. In VELHO, G. e ALVITO, M. *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- FÁVERO, A.A. *A problemática da (in) disciplina na prática pedagógica em sala de aula: a comunidade de investigação como tentativa de superação*. In: Philos – Revista Brasileira de Filosofia, n. 8, p. 32, Santa Catarina, 1987.